

AVISO DE RETIFICAÇÃO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 013/2025

Considerando a identificação de mero erro material no Termo de Referência, informa-se que, no Grupo 03 – Práticas Integrativas e Complementares, a coluna referente à Capacidade da Oferta consta indevidamente como “Mensal”, sendo necessário a correção para “Anual”.

Destaca-se que o referido ajuste possui caráter exclusivamente formal, visando à padronização com os demais grupos constantes na tabela, não ocasionando qualquer alteração nos quantitativos ou nos valores totais previstos, uma vez que os números apresentados já correspondem à projeção anual.

Onde se lê:

GRUPO 03 – PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES						
Item	Código	Procedimentos/Descrição	Valor SUS	Complemento Valor por Sessão (Obs: 01 sessão = 50 minutos)	Total	Capacidade Oferta Mensal (Procedimentos)

Leia-se:

GRUPO 03 – PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES						
Item	Código	Procedimentos/Descrição	Valor SUS	Complemento Valor por Sessão (Obs: 01 sessão = 50 minutos)	Total	Capacidade Oferta Anual (Procedimentos)

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 013/2025**PROCESSO 357618/2025-e**

O MUNICÍPIO DE ITAJAÍ torna público que abriu prazo para o credenciamento do objeto conforme especificado neste Edital e seus anexos. O presente credenciamento encontra-se embasado no Art. 74, inciso IV, e Art. 79, inciso I, ambos da Lei 14.133/21.

SITE DA REALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO: <https://bnccompras.com/>

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Credenciamento cujo objeto é a contratação de serviços complementares de assistência à saúde física e mental, em diversas modalidades, destinados aos 1.914 servidores da Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí, conforme as necessidades da Administração Pública e a demanda dos profissionais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 – O valor global estimado para consecução do objeto deste Termo é de R\$ 1.770.160,00 (um milhão setecentos e setenta mil cento e sessenta reais), a ser direcionado ao longo da vigência conforme ocorra as contratações, não sendo necessário o bloqueio do recurso de forma integral no ato de publicação do possível edital de credenciamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

3.1 A documentação deve ser apresentada no portal BNC Compras - <https://bnccompras.com/>

3.2 O credenciamento dos interessados ficará aberto a partir da publicação do presente edital com prazo limite para se credenciar até 31 de dezembro de 2030.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA AO CREDENCIAMENTO

4.1 Os documentos necessários à habilitação do proponente deverão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração mediante conferência da cópia com o original ou publicação em órgão de imprensa oficial.

4.2 Serão considerados os prazos de validade expressos nos documentos. Para os documentos de regularidade fiscal que não apresentarem o prazo de validade, considerar-se-á 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

4.3 A proponente deverá apresentar em 01 (uma) via os seguintes documentos:

- i. Anexo II – Carta de credenciamento: apresentação dos documentos do representante do credenciado;
- ii. Anexo III – Declaração de aceitação do edital de credenciamento;
- iii. Anexo IV – Ficha de identificação do prestador de serviço;
- iv. Alvará Sanitário emitido pela Diretoria de Vigilância Sanitária da Secretaria do Estado de Saúde ou órgão Municipal de Vigilância Sanitária do estabelecimento indicado se for o caso;
- v. Contrato social ou declaração de Firma Individual ou Estatuto social devidamente registrado em cartório, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

- vi. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- vii. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- viii. Prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, relativos ao domicílio ou sede da entidade, pertinentes ao seu ramo de atividade e compatíveis com o objeto;
- ix. Corpo clínico – anexar: cópia do Diploma, Especialidade e o Registro na entidade de classe (CRM, CRO) e quando for necessário o Registro de Qualificação de Especialista – RQE;
- x. Recursos Humanos – discriminar e quantificar cargo por categoria;
- xi. Relação de equipamentos/ aparelhos técnicos especializados;
- xii. Certidão Negativa de débitos da Secretaria da Fazenda na sede do Município do Credenciado, com data atualizada;
- xiii. Certidão Negativa de débitos da Secretaria da Fazenda Estadual, com data atualizada;
- xiv. Certidão Negativa de débitos da Secretaria da Fazenda Federal, com data atualizada;
- xv. Certidão Negativa pelo de Débitos Trabalhistas – CNDT, com data atualizada;
- xvi. Certidão Negativa de débito do FGTS com data atualizada;
- xvii. Certidão Negativa de Falência e Concordata;
- xviii. Certidão Negativa de Tributos Mobiliários da PMI ou documento que comprove a sua isenção;
- xix. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS - SAÚDE para os Estabelecimentos de Saúde sem fins lucrativos, reconhecidos como Entidade Beneficente de Assistência Social, quando couber;
- xx. Currículo resumido do Responsável Técnico (sendo obrigatoriamente funcionário da unidade), com cópia dos seguintes documentos: Diploma de Graduação, Certificado de Especialidade (devidamente reconhecido pelo Conselho Regional de Classe) e Carteira de Identidade Profissional (emitida pelo Conselho Regional de Classe); Caso não conste na Carteira de Identidade Profissional, anexar também cópia do RG – Carteira de Identidade e do CPF/MF;
- xxi. Relação nominal dos profissionais que compõe a equipe técnica da unidade, informando nome, CPF, carga horária semanal e inscrição no respectivo conselho;
- xxii. Cadastro nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES;
- xxiii. Anexo V– Quadro de Procedimentos a serem realizados, com o código e nomenclatura da tabela do Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS;
- xxiv. Declaração de Superveniência de Fato Impeditivo Para Habilitação (modelo Anexo VIII);
- xxv. Declaração de Cumprimento das Obrigações Relativas ao Trabalho do Menor (modelo Anexo VIII);
- xxvi. Declaração de Não Parentesco (modelo Anexo VIII);
- xxvii. Anexo VI – Declaração de Cumprimento das Obrigações Relativas à Idade Conforme Tabela SIGTAP (tabela do Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS);

CLÁUSULA QUINTA – DA ABERTURA, DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO E DA REALIZAÇÃO DE VISITA ÀS INSTITUIÇÕES

5.1. As inscrições para o credenciamento se darão pelo interessado, a partir da primeira data de publicação do aviso deste edital até vigência do mesmo, mediante submissão e envio dos documentos abaixo relacionados, em formato digital (arquivo em PDF) e legíveis, por meio da plataforma do BNC - COMPRAS, utilizando o link <https://bnccompras.com/>, seguindo as instruções deste termo de referência. Todos os documentos que requerem assinatura, deverão encontrar-se assinados digitalmente pela plataforma www.gov.br/;

5.2. O cadastro das empresas no BNC deve ser feito no site <https://bnccompras.com/>. Em caso de dúvidas as empresas podem entrar em contato com o suporte da BNC: Telefone e WhatsApp – (42) 3026-4550; e-mail – contato@bnc.org.br;

5.3. Os interessados poderão ter acesso ao edital através do site oficial da Prefeitura de Itajaí, no link a seguir: <https://intranet2.itajai.sc.gov.br/licitacoes/usuario-externo/>;

5.4 O credenciamento poderá ser requerido durante todo o seu período de vigência, de forma online e digital, mediante o cumprimento dos requisitos relacionados no Item 07 deste Termo de Referência;

5.5. O presente Credenciamento vigorará por 12 (doze) meses a partir da sua publicação;

5.5.1. Mediante necessidade de novas adequações referente a valores ou inclusões de procedimentos no presente edital, será realizada errata previamente publicada em veículo oficial;

5.6. As documentações descritas no item 7 deste Termo de Referência deverão ser apresentadas e encaminhadas em plataforma digital por meio do ambiente do BNC seguindo os passos a seguir:

- i. Acessar o link: <https://bnccompras.com/>;
- ii. Clicar no ícone "CADASTRAR FORNECEDOR" e preencher dados da empresa; (caso o prestador já tenha acesso, apenas iniciar o acesso com o e-mail e senha);
- iii. Anexar os documentos descritos no Item 07 deste Termo de Referência;
- iv. Após conclusão e análise do processo de credenciamento, constará no acesso do prestador a informação de que a empresa se encontra habilitada ao credenciamento;
- v. Após credenciamento setor de Regulação Controle e Avaliação receberá as documentações enviadas, e direcionará junto a Secretaria de Compras a emissão do contrato;

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. A remuneração pela prestação e/ou fornecimento de serviços será de acordo com as Tabelas de Valores presentes neste Termo de Referência, estando inclusos taxas de administração, locação, insumos, custos diretos e indiretos, mão-de-obra, impostos, tarifas, encargos e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços;

6.1.1. A tabela de procedimentos e valores, constante no ANEXO I, poderá ser revista, sempre por interesse dos Gestores Municipais de Saúde, sempre com anuência da Secretária Municipal de Saúde, a quem caberá a decisão sobre valores pagos e reajustes na tabela, com base em deliberação da Comissão Técnica deste Termo de Referência (Item 4.6.2), registrando a fonte dos valores base.

6.1.2. As alterações na tabela de procedimentos e valores serão objeto de republicação deste edital, com destaque aos novos procedimentos ou valores, e na sequência, serão notificados os credenciados regulares, sobre as alterações.

6.1.3. Ocorrendo exclusão, inclusão ou alteração em valor de procedimento já contratado, caberá ao Credenciado a escolha da manutenção do contrato de Credenciamento, a partir da emissão de termo aditivo, registrando a alteração contratual, ou não, por meio de distrato do contrato vigente;

6.1.4. Os serviços de saúde prestados pelos credenciados serão remunerados por cada procedimento realizado;

6.1.5. Nos procedimentos em grupos será faturado um procedimento por sessão, e não por paciente;

6.2. Todos os Credenciados deverão manter atualizadas as informações no Cadastro de Estabelecimentos de Saúde – CNES;

6.2.1. Os serviços, CBO profissional, equipamentos e profissionais credenciados

deverão constar na base de dados do CNES;

6.2.2. Quando um profissional, equipamento ou serviço não se encontrar devidamente cadastrado/atualizado no CNES do credenciado, o SIA – Sistema de Informação Ambulatorial do Ministério da Saúde - glosará automaticamente os procedimentos em desconformidade, impossibilitando o pagamento destes ao prestador;

6.2.3. Quando o processamento da produção for glosado pela desatualização do CNES do credenciado conforme relatório gerado, caberá à Secretaria de Saúde de Itajaí realizar a retenção do pagamento dos valores glosados, até que comprovada a atualização do cadastro do credenciado e a produção reprocessada;

6.2.4. Todos os credenciados deverão manter cadastro atualizado, bem como alimentar a informação dos atendimentos oriundos deste credenciamento no Sistema de Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA) do DATASUS, disponível em <http://ciha.datasus.gov.br/CIHA/index.php?area=04>;

6.2.5. Nos casos de glosa ou ausência de pagamento de valores de procedimentos, o prestador deverá comunicar a DRCA - Diretoria de Regulação, Controle e Avaliação - da Secretaria Municipal de Saúde para análise dos fatores que ocasionaram a glosa, que informará ao prestador os motivos geradores da glosa ou ausência de pagamento;

6.2.6. Nos casos de glosa por inconformidade dos procedimentos de acordo com a SIGTAP, o prestador deverá comprovar os procedimentos executados com o envio das autorizações do SISREG e BPAi – Boletim de Procedimento Ambulatorial individualizado – para a DRCA. Caso a execução do procedimento seja confirmada, o prestador deverá relançar os procedimentos a serem corrigidos dentro do sistema de prontuário eletrônico designado pelo município;

6.2.7. Nos casos de desatualização do CNES, o prestador deverá solicitar ao DRCA a atualização das informações por meio do endereço eletrônico: saudesistemas@itajai.sc.gov.br, que fará as alterações solicitadas na base de dados do CNES junto ao Ministério da Saúde;

6.2.8. Resolvidas as inconsistências que geraram glosa ou ausência de pagamento, o DRCA incluirá os procedimentos pendentes de pagamento no próximo faturamento;

6.3. O DRCA iniciará a emissão dos relatórios de produção para faturamento dos atendimentos mensais a partir do 5º dia útil do mês seguinte;

6.3.1. Estes relatórios de produção serão referentes ao período do primeiro ao último dia do mês anterior;

6.4. O relatório de produção será conferido e mediante constatação de produção condizente será atestado produção e autorizado pagamento;

6.5. Finalizada a apuração da produção, o credenciado será informado pelo setor de faturamento do DRCA o valor aprovado para pagamento via envio de Autorização de Fornecimento – AF – para a emissão de Nota Fiscal – NF;

6.5.1. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada ao e-mail pelo qual foi recebida a AF;

6.5.2. O Município não considerará as Notas fiscais enviadas pelos sistemas automáticos de emissão de Notas Fiscais;

6.5.3. Deverá vir informado na Nota Fiscal o número do Empenho e o número da AF;

6.5.4. Por mês de competência, deverá haver a emissão de uma Nota Fiscal;

6.5.5. Todas as Notas Fiscais deverão ser encaminhadas acompanhadas das Certidões Negativas de débitos fiscais;

6.6. O pagamento da produção ocorrerá em até 30 dias após a emissão da Nota Fiscal;

6.7. A Contratante fará a retenção de tributos na fonte quando a lei assim o determinar;

6.8. É vedado ao credenciado cobrar ou receber qualquer outra importância a título de

honorários pelos serviços prestados, do usuário, paciente ou terceiro;

6.9. Quando a oferta do serviço for inferior à demanda dos municípios, se adotará o sistema de cotas, conforme disposto em contrato;

6.10. Havendo divergência ou erros entre os serviços contratados e os serviços prestados, fica assegurado à Contratante a realização de auditoria para verificação correta dos serviços executados, devendo o credenciado emitir nota fiscal conforme o valor aferido;

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES

7.1. A inexecução total ou parcial do contrato, terá procedimentos e consequências, na forma estabelecida no art. 137 e seguintes da Lei n. 14.133/2021.

7.2. O presente contrato poderá sofrer alterações na forma estabelecida pelo art. 124 e seguintes, da Lei n.º 14.133/2021.

7.3. O atraso injustificado na execução do contrato, assim como a sua inexecução total ou parcial, sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas na forma prevista no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, ficando desde já estabelecidas as multas previstas no Edital.

7.4. O Município poderá aplicar à Contratada, ainda, as seguintes penalidades previstas no artigo 156 da Lei n.14.133/2021, em caso de inexecução total ou parcial do objeto ou contrato resultante deste credenciamento:

7.4.1. Advertência;

7.4.2. Multa de 0,5 % (cinco décimos por cento) do valor de referência para o credenciamento para os 12 meses, para cada dia ou fração de atraso do fornecimento/serviço do objeto;

7.4.3. Multa de 10% (dez por cento) do valor de referência para o credenciamento para os 12 meses em caso de desistência do fornecimento/serviços ou execução;

7.5. Sem prejuízo das sanções previstas no art. 156, da Lei n.º 14.133/2021, o licitante adjudicatário ficará sujeito às seguintes penalidades:

7.5.1. 10% (dez por cento) do valor de referência para o credenciamento para os 12 meses pelo fornecimento de material/serviços desconforme com o especificado e aceito;

7.5.2. 1,0 % (um por cento) do valor de referência para o credenciamento para os 12 meses pela não substituição dos produtos/serviços recusados por este Município, no prazo estipulado, até o limite de 10% (dez por cento);

7.5.3. 0,33% por dia, do valor de referência para o credenciamento para os 12 meses, pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste;

7.5.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos;

7.5.5. As multas referidas nesta cláusula serão deduzidas pelo Município por ocasião do pagamento da nota fiscal do período aquisitivo respectivo;

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 – Em caso de revogação ou anulação deste processo, serão observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

8.2 – O credenciamento decorrente do presente edital terá caráter precário, uma vez que a qualquer momento o credenciado poderá denunciar a avença, bem como a Administração poderá descredenciá-lo, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas no edital ou no contrato, bastando para tanto notificar por escrito e conceder prazo legal.

8.3 – Aplica-se ao presente Edital nas partes omissas, a legislação em vigor.

8.4 – O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Credenciamento será o Município de Itajaí.

Itajaí (SC), 02 de março de 2026

Mylene Martins Lavado
Secretária Municipal de Saúde

TERMO DE REFERÊNCIA e ANEXOS I ao VI

O TR e anexos estão disponíveis com o edital nos sites do Município de Itajaí e BNC:

<https://intranet2.itajai.sc.gov.br/licitacoes/usuario-externo/>

<https://bnccompras.com/>

ANEXO VII
MINUTA DO CONTRATO
CONTRATO Nº _____/202
Processo SIPE nº 357618/2025-e

O MUNICÍPIO DE ITAJAÍ, através de seu **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Avenida Governador Adolfo Konder, s/nº, inscrito no CNPJ/MF sob nº 08.259.606/0001-58, neste ato representado por seu Secretário Municipal, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e _____, sita na Rua _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____, inscrita no _____ sob nº _____, neste ato representada por _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente **CONTRATO**, nos moldes da Lei 14.133/2021, assim como pelas condições no edital de **Credenciamento 013/2025**, pelos termos da proposta da Contratada e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente contrato tem por objeto **serviços complementares de assistência à saúde física e mental, em diversas modalidades, destinados aos 1.914 servidores da Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí, conforme as necessidades da Administração Pública e a demanda dos profissionais.**

Parágrafo Único – Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital de **Credenciamento 013/2025**, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – Dá-se como valor ao objeto ora contratado a importância do valor conforme especificado a seguir:

- Especificar quais itens e quantitativos a empresa irá atender

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REVISÃO DOS VALORES DO CONTRATO

3.1. Os preços, ora estipulados, são fixos e irrevogáveis, exceto quando houver alteração da tabela elaborada pelo SUS (SIGTAP).

3.2. Caso o particular na vigência do Contrato solicite pedido de reequilíbrio econômico financeiro, o mesmo deverá estar em consonância com o que dispõe a Instrução Normativa 58/2022/CGM/SEGOV, disponível no site: https://portaldocidadao.itajai.sc.gov.br/servico_link/101

CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO

4.1. A remuneração pela prestação e/ou fornecimento de serviços será de acordo com as Tabelas de Valores presentes neste Termo de Referência, estando inclusos taxas de administração, locação, insumos, custos diretos e indiretos, mão-de-obra, impostos, tarifas, encargos e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços;

4.1.1. A tabela de procedimentos e valores, constante no ANEXO I, poderá ser revista, sempre por interesse dos Gestores Municipais de Saúde, sempre com anuência da Secretaria Municipal de Saúde, a quem caberá a decisão sobre valores pagos e reajustes na tabela, com base em deliberação da Comissão Técnica deste Termo de Referência (Item 4.6.2 do TR), registrando a fonte dos valores base.

4.1.2. As alterações na tabela de procedimentos e valores serão objeto de republicação deste edital, com destaque aos novos procedimentos ou valores, e na

seqüência, serão notificados os credenciados regulares, sobre as alterações.

4.1.3. Ocorrendo exclusão, inclusão ou alteração em valor de procedimento já contratado, caberá ao Credenciado a escolha da manutenção do contrato de Credenciamento, a partir da emissão de termo aditivo, registrando a alteração contratual, ou não, por meio de distrato do contrato vigente;

4.1.4. Os serviços de saúde prestados pelos credenciados serão remunerados por cada procedimento realizado;

4.1.5. Nos procedimentos em grupos será faturado um procedimento por sessão, e não por paciente;

4.2. Todos os Credenciados deverão manter atualizadas as informações no Cadastro de Estabelecimentos de Saúde – CNES;

4.2.1. Os serviços, CBO profissional, equipamentos e profissionais credenciados deverão constar na base de dados do CNES;

4.2.2. Quando um profissional, equipamento ou serviço não se encontrar devidamente cadastrado/atualizado no CNES do credenciado, o SIA – Sistema de Informação Ambulatorial do Ministério da Saúde - glosará automaticamente os procedimentos em desconformidade, impossibilitando o pagamento destes ao prestador;

4.2.3. Quando o processamento da produção for glosado pela desatualização do CNES do credenciado conforme relatório gerado, caberá à Secretaria de Saúde de Itajaí realizar a retenção do pagamento dos valores glosados, até que comprovada a atualização do cadastro do credenciado e a produção reprocessada;

4.2.4. Todos os credenciados deverão manter cadastro atualizado, bem como alimentar a informação dos atendimentos oriundos deste credenciamento no Sistema de Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA) do DATASUS, disponível em <http://ciha.datasus.gov.br/CIHA/index.php?area=04>;

4.2.5. Nos casos de glosa ou ausência de pagamento de valores de procedimentos, o prestador deverá comunicar a DRCA - Diretoria de Regulação, Controle e Avaliação - da Secretaria Municipal de Saúde para análise dos fatores que ocasionaram a glosa, que informará ao prestador os motivos geradores da glosa ou ausência de pagamento;

4.2.6. Nos casos de glosa por inconformidade dos procedimentos de acordo com a SIGTAP, o prestador deverá comprovar os procedimentos executados com o envio das autorizações do SISREG e BPAi – Boletim de Procedimento Ambulatorial individualizado – para a DRCA. Caso a execução do procedimento seja confirmada, o prestador deverá relançar os procedimentos a serem corrigidos dentro do sistema de prontuário eletrônico designado pelo município;

4.2.7. Nos casos de desatualização do CNES, o prestador deverá solicitar ao DRCA a atualização das informações por meio do endereço eletrônico: saudesistemas@itajai.sc.gov.br, que fará as alterações solicitadas na base de dados do CNES junto ao Ministério da Saúde;

4.2.8. Resolvidas as inconsistências que geraram glosa ou ausência de pagamento, o DRCA incluirá os procedimentos pendentes de pagamento no próximo faturamento;

4.3. O DRCA iniciará a emissão dos relatórios de produção para faturamento dos atendimentos mensais a partir do 5º dia útil do mês seguinte;

4.3.1. Estes relatórios de produção serão referentes ao período do primeiro ao último dia do mês anterior;

4.4. O relatório de produção será conferido e mediante constatação de produção condizente será atestado produção e autorizado pagamento;

4.5. Finalizada a apuração da produção, o credenciado será informado pelo setor de faturamento do DRCA o valor aprovado para pagamento via envio de Autorização de Fornecimento – AF – para a emissão de Nota Fiscal – NF;

- 4.5.1. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada ao e-mail pelo qual foi recebida a AF;
 - 4.5.2. O Município não considerará as Notas fiscais enviadas pelos sistemas automáticos de emissão de Notas Fiscais;
 - 4.5.3. Deverá vir informado na Nota Fiscal o número do Empenho e o número da AF;
 - 4.5.4. Por mês de competência, deverá haver a emissão de uma Nota Fiscal;
 - 4.5.5. Todas as Notas Fiscais deverão ser encaminhadas acompanhadas das Certidões Negativas de débitos fiscais;
- 4.6. O pagamento da produção ocorrerá em até 30 dias após a emissão da Nota Fiscal;
- 4.7. A Contratante fará a retenção de tributos na fonte quando a lei assim o determinar;
- 4.8. É vedado ao credenciado cobrar ou receber qualquer outra importância a título de honorários pelos serviços prestados, do usuário, paciente ou terceiro;
- 4.9. Quando a oferta do serviço for inferior à demanda dos municípios, se adotará o sistema de cotas, conforme disposto em contrato;
- 4.10. Havendo divergência ou erros entre os serviços contratados e os serviços prestados, fica assegurado à Contratante a realização de auditoria para verificação correta dos serviços executados, devendo o credenciado emitir nota fiscal conforme o valor aferido;

CLÁUSULA QUINTA – As despesas provenientes das contratações realizadas correrão por conta da dotação orçamentária própria do Fundo Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde conforme disponibilização de recursos; As contratações para a realização dos procedimentos deste Termo serão pagas com recursos vinculados federais, Despesa: 425 - 26 . 26026 . 10 . 301 . 3 . 2.284 . 0 . 339000 - 21 - Receitas e Transferências de Impostos – Saúde;

CLÁUSULA SEXTA - A **CONTRATADA** é responsável, obrigando-se nos seguintes termos:

- 1.1. Atender à solicitação do fornecimento do serviço, que será solicitado ao e-mail do credenciado, ou telefone informado no formulário de solicitação de credenciamento, com retorno no prazo de 5 (cinco) dias úteis para agendamento;
- 1.2. No retorno do agendamento, o credenciado deve informar data, horários e nome do profissional escalado para o atendimento solicitado, bem como o número de registro profissional no órgão de classe em Santa Catarina;
- 1.3. Garantir que o profissional designado esteja devidamente apto e registrado no Conselho de classe de Santa Catarina (CRO/SC, CRM/SC, COREN/SC ou outro);
- 1.4. Manter a Relação de Profissionais que compõem a equipe técnica atualizada junto ao município e ao CNES, bem como manter atualizada seus serviços e classificação junto ao CNES;
- 1.5. Fornecer o equipamento necessário ao atendimento da sua especialidade e insumos inerentes ao atendimento;
- 1.6. Executar os serviços nas condições estipuladas, observando-se os parâmetros de boa técnica e resolutividade, bem como as normas legais aplicáveis;
- 1.7. Prestar atendimento adequado aos usuários e fornecer as informações ao Município sobre os serviços prestados de maneira adequada;
- 1.8. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, responsabilidade técnica e plena execução dos serviços contratados;

- 1.9. Utilizar o sistema de informação em prontuário eletrônico e regulação de vagas para agendamento designado pela Contratante, gerando todas as informações de faturamento pelo sistema do município;
- 1.10. Prestar, de imediato, todos os esclarecimentos que forem requeridos pela Contratante, e atender e/ou responder às reclamações/ouvidorias relativas aos serviços prestados;
- 1.11. Realizar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade ou quarteirizações;
- 1.12. Informar a Contratante, por escrito em veículo oficial determinado, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;
- 1.12.1. No que se refere o item 1.12, o credenciado realizará o comunicado de impossibilidade momentânea de prestação do serviço, já informando o prazo de normalização de atendimento, que será no máximo 15 dias úteis para normalização;
- 1.13. O atendimento prestado ao paciente encaminhado pela Secretaria de Saúde de Itajaí deverá ser humanizado, de acordo com a Política Nacional de Humanização – PNH (Ministério da Saúde, 2004) e a Carta de Direitos do Usuário do SUS (Ministério da Saúde, 2011), conforme o item III do terceiro princípio que assegura ao cidadão atendimento acolhedor e livre de discriminação, visando à igualdade de tratamento e a uma relação mais pessoal e saudável.
- 1.14. O Credenciado deverá digitar sua produção dentro do sistema de prontuário eletrônico designado pelo município Contratante até o quinto dia útil do mês seguinte aos atendimentos realizados;
- 1.14.1. O relatório de produção de procedimentos realizados embasará o pagamento do prestador, referente aos serviços executados no mês, conforme cláusulas do Item 11 deste Termo de Referência;
- 1.14.2. O Credenciado deverá apresentar documento fiscal após aprovação do faturamento referente aos serviços prestados à Contratante;
- 1.15. Manter todas as condições de habilitação exigidas para o credenciamento durante todo o período em que se mantiver credenciado;
- 1.16. Fornecer vaga de retorno aos pacientes atendidos no prazo de 60 (sessenta) dias, quando pelo mesmo motivo da consulta inicial;
- 1.17. Fornecer toda assistência e informações necessárias para o atendimento dos usuários;

A **CONTRATANTE** é responsável, obrigando-se nos seguintes termos:

- 2.1. Efetuar controle interno dos procedimentos realizados em que foram necessários à prestação do serviço da CONTRATADA;
- 2.2. Executar o faturamento da produção, com base nas informações e documentos fornecidos pela CONTRATADA, e pelo controle dos responsáveis pelos setores, que deverão fornecer os dados por escrito conforme previamente estipulado pela CONTRATANTE;
- 2.3. Efetuar o pagamento ao credenciado em função dos serviços prestados de acordo com os quantitativos autorizados pelo município;
- 2.4. Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados e informar ao prestador o valor autorizado, e se houver, o motivo das glosas efetuadas, possibilitando o questionamento e correção, se possível;
- 2.5. Fiscalizar o cumprimento das disposições deste Termo de Referência e a prestação dos serviços, bem como esclarecer eventuais dúvidas aos credenciados;
- 2.6. Solicitar a disponibilização de oferta de vagas por e-mail e telefone ao Credenciado;
- 2.7. Realizar agendamento, comunicando aos pacientes seus atendimentos, horário, local, bem como gerenciar as vagas disponibilizadas pelo prestador contratado;

- 2.8. Realizar agendamento e gerar guias de pacientes autorizados, conforme disponibilidade financeira e de vagas e em conformidade ao encaminhamento profissional;
- 2.9. Acompanhar e fornecer suporte, regularmente, na execução dos serviços, informando ao Credenciado quaisquer irregularidades ou pendências de ordem técnica ou legal;
- 2.10. Fornecer toda assistência e informações necessárias para o atendimento dos usuários;

CLÁUSULA SÉTIMA - SANÇÕES

7.1. A inexecução total ou parcial do contrato, terá procedimentos e consequências, na forma estabelecida no art. 137 e seguintes da Lei n. 14.133/2021.

7.2. O presente contrato poderá sofrer alterações na forma estabelecida pelo art. 124 e seguintes, da Lei n.º 14.133/2021.

7.3. O atraso injustificado na execução do contrato, assim como a sua inexecução total ou parcial, sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas na forma prevista no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, ficando desde já estabelecidas as multas previstas no Edital.

7.4. O Município poderá aplicar à Contratada, ainda, as seguintes penalidades previstas no artigo 156 da Lei n.14.133/2021, em caso de inexecução total ou parcial do objeto ou contrato resultante deste credenciamento:

7.4.1. Advertência;

7.4.2. Multa de 0,5 % (cinco décimos por cento) do valor de referência para o credenciamento para os 12 meses, para cada dia ou fração de atraso do fornecimento/serviço do objeto;

7.4.3. Multa de 10% (dez por cento) do valor de referência para o credenciamento para os 12 meses em caso de desistência do fornecimento/serviços ou execução;

7.5. Sem prejuízo das sanções previstas no art. 156, da Lei n.º 14.133/2021, o licitante adjudicatário ficará sujeito às seguintes penalidades:

7.5.1. 10% (dez por cento) do valor de referência para o credenciamento para os 12 meses pelo fornecimento de material/serviços desconforme com o especificado e aceito;

7.5.2. 1,0 % (um por cento) do valor de referência para o credenciamento para os 12 meses pela não substituição dos produtos/serviços recusados por este Município, no prazo estipulado, até o limite de 10% (dez por cento);

7.5.3. 0,33% por dia, do valor de referência para o credenciamento para os 12 meses, pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste;

7.5.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos;

7.5.5. As multas referidas nesta cláusula serão deduzidas pelo Município por ocasião do pagamento da nota fiscal do período aquisitivo respectivo;

CLÁUSULA OITAVA – O Município de Itajaí ficará isento de responsabilidade acerca de quaisquer ocorrências que porventura surjam durante a vigência dos serviços prestados, ficando sob a responsabilidade da Contratada fornecer, caso necessário, a seus funcionários todos os equipamentos necessários para prestação dos serviços.

CLÁUSULA NONA – O prazo de vigência do Termo do Contrato decorrente deste Credenciamento inicia-se no ato da assinatura da Ordem de Início de Serviços e terá

vigência por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado no interesse da Administração, observados os dispositivos da Lei 14.133/2021 e outras legislações pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA - A **CONTRATADA** obriga-se a executar os serviços mencionados na Cláusula Primeira, segundo as normas técnicas adequadas, fornecendo os equipamentos, mão-de-obra e demais elementos necessários a sua perfeita execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Os serviços serão fiscalizados pela Secretaria de Saúde. Fiscais designados:

Gestor:

Nome: Mylene Martins Lavado

Cargo: Secretária de Saúde

Fiscais:

Nome: Vanessa Cristina de Souza

Cargo: Gerente de Regulação Ambulatorial

Nome: Victor Moreira de Moraes Lopes

Cargo: Gerente de Controle e Avaliação

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Se, por qualquer razão, a **CONTRATADA** não acatar qualquer laudo ou parecer da responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa à discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais obrigatoriamente indicado pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pela **CONTRATANTE**: a) Quando houver modificação dos serviços ou suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos; b) Quando necessária a modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto; II - Por acordo das partes: a) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial; b) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da **CONTRATADA** e a retribuição do **CONTRATANTE** para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na prestação dos serviços, nos limites previstos da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Em havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** deverá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - O Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados nos Artigos 137 ao 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como

em caso de violação à Lei Anticorrupção conforme Decreto Municipal 11.063/17 que regulamenta a Lei Federal 12.846/13.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - As partes elegem o foro da Comarca de Itajaí, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

Aos casos omissos prevalece o disposto em legislação vigente.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

MUNICÍPIO DE ITAJAÍ, -- DE ----- DE ----

ASSINATURAS

ANEXO VIII**MODELO DE DECLARAÇÃO**

MENOR, PARENTESCO E SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA HABILITAÇÃO (para atendimento das declarações exigidas nos itens XXIV, XXV e XXVI da habilitação)

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ: _____

Declaramos que a nossa empresa:

a) Cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

b) Cumpre plenamente os requisitos de habilitação previstos na Lei Federal 14.133/2021 e no presente processo licitatório.

c) Não possui sócio/empregado que seja cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive, do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários e cargos assemelhados ou de servidor da Administração Pública direta e indireta investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, em exercício na Administração Pública direta e indireta do Município de Itajaí.

Em _____ de _____ de 2025

Nome e assinatura